

MEIO AMBIENTE

Governo assina pacto para proteger florestas

A meta é reduzir o risco de incêndios que ameaçam o Pantanal e a Amazônia por conta do período de seca — que vai até setembro. Medidas preveem ações colaborativas e integradas

» LUANA PATRIOLINO
» VICTOR CORREIA

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, anunciaram, ontem, um acordo com os governos estaduais do Centro-Oeste e do Norte para prevenir incêndios no Pantanal e na Amazônia. Segundo a chefe da pasta, o governo federal monitora a possibilidade de uma grande estiagem nas regiões — que pode ter efeitos tão graves quanto os das enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul.

Lula e Marina assinaram o pacto e uma série de decretos durante solenidade no Palácio do Planalto para celebrar o Dia Mundial do Meio Ambiente. Participaram do evento os governadores Eduardo Riedel (Mato Grosso do Sul), Helder Barbalho (Pará), Gladson Cameli (Acre), Jerônimo Rodrigues (Bahia) e Antônio Denarium (Roraima), todos da Região Amazônica e do Pantanal. O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, também esteve presente.

“Segundo o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), nós temos, neste momento, uma frente de incêndios no Pantanal que praticamente não cessou, em função de ser subterrâneo, de turfa. Não conseguimos a cota de cheia no Pantanal, e a Agência Nacional de Águas (ANA), no dia 13, estabeleceu situação hídrica crítica em toda a Bacia do Paraguai. É a primeira vez que isso está acontecendo”, disse Marina Silva.

Ela ressaltou que o acordo assinado visa evitar que a situação chegue a uma calamidade. O período de seca vai de maio a setembro. “Esse pacto de enfrentamento da estiagem e dos incêndios é algo inédito. A gente está tentando se antecipar, já tendo a clareza de que vamos ter uma grande estiagem, com uma grande quantidade de matéria orgânica acumulada no Pantanal, e que o risco de incêndios é muito grande”, destacou.

Marina informou que a pasta estuda uma forma de decretar emergência climática permanente em municípios com risco de desastres. A discussão ocorre no âmbito do Plano Nacional de Enfrentamento à Emergência Climática, ou Plano Clima, que deve ser apresentado no ano que vem.

“Um conceito discutido é a

Ricardo Stuckert/PR



O acordo foi assinado pelo presidente Lula, pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e por governadores do Norte e do Centro-Oeste

Decretos assinados pelo governo

Reserva de vida silvestre do Sauim-de-Coleira (AM)

Cria a Unidade de Conservação Refúgio da Vida Silvestre, com 15.300 hectares, no município de Itacoatiara (AM), para proteger áreas florestais para conservação do Sauim-de-coleira;

Prevenção e controle de incêndios com governadores do Pantanal e da Amazônia

Pacto entre o governo federal e os governos estaduais para o planejamento e implementação de ações de prevenção a incêndios florestais;

Monumento natural das cavernas de São Desidério (BA)

Cria a Unidade de Conservação, com 16.000 hectares, para proteção das cavidades naturais no município de São Desidério (BA);

Estratégia nacional da bioeconomia

Coordena e implementa ações voltadas ao desenvolvimento da bioeconomia e estabelece a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia em 180 dias;

Programa nacional de conservação e uso sustentável dos manguezais

Institui o ProManguezal, para orientar os esforços do governo federal na conservação e uso sustentável da biodiversidade;

COP30

Cria assessoria extraordinária para a conferência no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;

Lei de Gestão de Florestas Públicas

Altera a regulamentação da lei e transforma o Plano Anual de

Outorga Florestal (PAOF) em Plano Plurianual de Outorga Florestal (PPAOF);

Comitê interministerial sobre mudança do clima

Acrescenta competências ao comitê para torná-lo mais ativo na Política Nacional de Mudanças do Clima; e

Programa cidades verdes resilientes

Aumenta a qualidade ambiental das cidades por meio da integração de políticas urbanas, ambientais e climáticas.

possibilidade de declarar emergência climática em estado permanente naqueles municípios em que tecnicamente, cientificamente, está comprovado que são vulneráveis a eventos climáticos extremos”, declarou.

Seca histórica

O receio do governo é que haja uma repetição da seca de 2020,

quando o Pantanal bateu o recorde de focos de incêndios. Segundo a ministra do Meio Ambiente, a união de forças dos estados permitiria mais agilidade no momento de resposta aos desastres, com a instalação de sistemas de alerta, rotas de fuga, abrigos, estoque de remédios, comida e água, e um banco de voluntários.

Marina Silva afirmou que consultou juristas, o Ministério

Público, o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria-Geral da União (CGU), e o advogado-geral da União (AGU), para discutir a criação de um mecanismo jurídico que permita o estado de ter emergência permanente. Atualmente, essa deve ser solicitada pelos municípios e estados, e reconhecida pelo governo federal, apenas quando há comprometimento

da capacidade do ente federado de combater uma crise, incluindo desastres naturais.

De acordo um estudo da WWF -Brasil, o número de focos na região aumentou quase 900% em relação ao mesmo período do ano passado, perdendo apenas para o de 2020. Foram 880 queimadas registradas, segundo os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

HOMENAGEM

Atos em memória de Bruno e Dom em Brasília

» ISABELA STANGA

O bárbaro assassinato do indígenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, no Vale do Javari, no Amazonas, completou dois anos, ontem, com uma série de homenagens em memória dos dois. Os ministérios dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) e o dos Povos Indígenas promoveram uma solenidade com a presença de autoridades, comunicadores e ambientalistas, em Brasília.

Pouco antes da cerimônia, foi inaugurada uma projeção no prédio dos Direitos Humanos com fotos dos dois profissionais junto à frase “a luta pelo Vale do Javari continua”. A homenagem passou em seguida ao Memorial dos Povos Indígenas, com a presença da ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e do presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Rodrigo Agostinho.

“Estamos comprometidos a fazer valer todo o legado, a memória [indígena], para que justiça seja feita por esse crime bárbaro cometido contra Dom Phillips e Bruno Pereira”, disse Sonia Guajajara. “(Esse crime) atingiu não só suas famílias e os povos indígenas brasileiros, mas foi um ataque direto à democracia brasileira e à segurança dos povos indígenas”, completou.

A ministra Marina Silva afirmou que a data traz a ela sentimentos conflitantes: de alegria, pois foi comemorado, ontem, o Dia Mundial do Meio Ambiente, mas de tristeza pelo assassinato de Dom e Bruno.

“Essa história eu venho acompanhando há muito tempo. Desde os 19 anos, vejo (pessoas) perderem vidas por defenderem o meio ambiente, foi primeiro o Chico Mendes, depois Wilson Pinheiro, Evangino, Jonas... Essas pessoas estão comigo”, destacou.

Os povos indígenas do Vale do Javari vieram a Brasília prestar homenagem a Bruno e Dom. O

ministro do MDHC, Silvío Almeida, também esteve presente na solenidade ao lado de outras autoridades.

Ele afirmou que a solenidade em memória de Bruno e Dom é um ato político. “Foi uma solenidade que marca a posição do Estado brasileiro em prol da defesa dos direitos humanos, principalmente resgatando a memória de dois personagens tão importantes da nossa história recente que se notabilizaram pela luta dos direitos dos povos indígenas, dando um exemplo para todo o país”, disse ao **Correio**.

Dom e Bruno desapareceram em 5 de junho, ao passar pela comunidade do Amazonas de São Rafael. De lá, partiram numa embarcação para uma viagem de cerca de duas horas, mas não foram mais vistos. As investigações concluíram que eles foram mortos a tiros e os corpos, esquarterados, queimados e enterrados.

Amarildo da Costa Oliveira, o “Pelado”, Oseney da Costa de Oliveira, conhecido como “Dos santos”, e Jefferson da Silva Lima,

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Projeção de Bruno Pereira e Dom Phillips na Esplanada

o “Pelado da Dinha”, foram presos suspeitos de cometerem os assassinatos. A Polícia Federal também apontou Rubén Dario da Silva Villar, o “Colômbia”, como mandante dos homicídios.

O Ministério Público afirma que eles foram mortos depois de

fotografar o barco dos acusados para a atestar a prática de pesca ilegal. Bruno, que era funcionário da Funai, conhecia Dom desde 2018, quando o inglês, que vivia no Brasil desde 2007, fazia uma reportagem para o jornal *The Guardian* no Vale do Javari.

PESQUISA

Impacto na vacinação

» LETÍCIA GUEDES

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em parceria com a Universidade Santo Amaro (Unisa), divulgou, ontem, uma pesquisa revelando que, embora predomine a confiança quanto à segurança e eficácia das vacinas, 21% dos brasileiros já desistiram de vacinar crianças por acreditarem em fake news disseminadas nas redes sociais. O levantamento também mostrou que 27% dos entrevistados afirmaram que confiam muito nas notícias que encontram nas plataformas sobre o tema.

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, presidente do CNMP, ressaltou que o estudo visa a retomada de índices seguros e homogêneos de cobertura vacinal em todo o país.

“Dados do Ministério da Saúde indicam que a cobertura vacinal sofreu significativo decréscimo nos últimos anos. Em 2019, 73% da população estava vacinada; em 2021, menos de 59%. Com a publicação do relatório de pesquisa quantitativa sobre a consciência vacinal no Brasil, a Comissão da Saúde lança nova luz sobre esse tema tão relevante”, disse.

Para colher as informações, foi aplicado um questionário, entre os dias 29 de janeiro e 19 de fevereiro deste ano. No total, foram entrevistadas três mil pessoas em todas as regiões brasileiras.

A pesquisa apontou o posicionamento quanto aos benefícios, riscos, medos e dificuldades relativos aos imunizantes. Parte dos dados abrange o cenário de confiança pós-pandemia covid-19.

O presidente da Comissão de Saúde do CNMP, Jayme de Oliveira, falou sobre a importância do levantamento como comprovação aos achismos em torno do olhar da população para a vacina.

“Eu gosto da pesquisa, porque ela realmente tira o achismo. ‘Ah, eu acho que as pessoas têm medo de se vacinar’. Agora, temos um dado que mostra que algumas pessoas têm medo, sim, de reações e efeitos colaterais, problemas e sequelas permanentes. Com essas indicações, nós temos, agora, como trabalhar com campanhas melhores e com uma comunicação melhor”, declarou.

O evento de divulgação contou com a presença do presidente do CNMP, Paulo Gonet; do ministro do Superior Tribunal de Justiça Paulo Dias de Moura; do presidente da Comissão da Saúde do CNMP, Jayme de Oliveira; do reitor da Unisa, Eloi Francisco Rosa; e do pesquisador da Unisa Antônio Lavareda.

Pacto nacional

A Unisa aderiu ao Pacto Nacional pela Consciência Vacinal em agosto de 2023. Lançado em 30 de novembro de 2022, o acordo tem visa incentivar uma atuação coordenada e nacional entre o Ministério Público brasileiro, órgãos e entidades envolvidos com a saúde pública. A iniciativa surgiu da preocupação da Comissão da Saúde do CNMP com os baixos índices da cobertura vacinal no Brasil nos últimos anos.

O foco é a retomada de índices seguros e homogêneos de cobertura vacinal, em todo o território nacional, por meio da conscientização da população sobre a importância da vacinação, prevista no Programa Nacional de Imunização (PNI).